

## Aprovadas medidas de apoio aos consumidores – Garantias e Trocas

Na passada sexta-feira foi publicado o **Decreto-Lei n.º 6-E/2021, de 15 de janeiro** que estabelece vários mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência a trabalhadores, consumidores e empresas.



Entre as medidas de apoio a consumidores destaca-se que durante o estado de emergência o prazo para o exercício de direitos atribuídos ao consumidor nos termos do artigo 5.º-A do **Decreto-Lei n.º 67/2003**, de 8 de abril, na sua redação

atual (regime das garantias dos Bens), que termine durante o período de suspensão de atividades e encerramento de instalações e estabelecimentos no âmbito do estado de emergência, ou nos 10 dias posteriores àquele, **é prorrogado por 30 dias**, contados desde a data de cessação das medidas de suspensão e encerramento.

Para além do estipulado no regime das garantias, refere-se expressamente que sempre que o operador económico, através da designada **cortesia comercial**, atribua ao consumidor o direito a efetuar trocas de produtos, solicitar o reembolso mediante devolução dos produtos ou conceda quaisquer outros direitos não atribuídos por lei ao consumidor, **o prazo para o respetivo exercício suspende-se durante o período de suspensão de atividades e encerramento de instalações e estabelecimentos** no âmbito do estado de emergência.

Saiba mais em:

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/154361179/details/maximized?serie=I&day=2021-01-15&date=2021-01-01>

**A Direção-Geral do Consumidor**